



CDS-PP – Açores

# Palavra Parlamentar

Folha Informativa do Grupo Parlamentar do Partido Popular  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

N.º 24

Documento N.º 422-VIII

Proc.º 50.11

Setembro de 2007



Em Junho, de visita oficial a São Jorge

## Artur Lima criticou falta de visão do Governo Regional para a ilha

No passado mês de Junho o Presidente e Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, esteve em visita oficial à ilha de São Jorge, onde reuniu com as estruturas locais e de ilha do Partido, bem como com a Comissão Directiva Regional, visitou a Junta de Freguesia dos Rosais (presidida por Luís Silveira, eleito pelas listas do CDS-PP), as instalações da Rádio Lumena e algumas obras em curso de iniciativa governamental, como a Marina das Velas e a ampliação do parque de contentores do porto desta Vila.

No entanto, a deslocação de Artur Lima a esta ilha ficou marcada pelas críticas e lamentos dos democratas-cristãos “à falta de ambição do Governo Regional na promoção de um verdadeiro crescimento da ilha”. Um exemplo apontado pelo líder popular foi a Marina das Velas: “o Governo Regional não tem visão de crescimento para São Jorge. A nova Aerogare da ilha é uma obra salutar, mas pequenina e do núcleo de recreio náutico que é pequeno, de tal forma que nem responde às solicitações da própria ilha, limitando-se à partida, por esta via, o desenvolvimento do turismo. Com um pouco mais de boa vontade poder-se-ia ter feito muito melhor e maior”.

Aliás, acrescentou Lima, “a construção da marina e o aumento, sobretudo no Verão, do tráfego marítimo comercial e de passageiros no Porto de Velas, torna mais do que óbvia a

necessidade urgente de aumentar o cais acostável deste porto”, tendo para tal o CDS-PP sugerido que “no seguimento das obras de ampliação do parque de contentores desta infraestrutura portuária e consequente reordenamento do tráfego terrestre no porto, o Governo Regional pondere o crescimento do cais em, pelo menos, mais algumas dezenas de metros”.

Entretanto, Artur Lima analisou com outros dirigentes regionais do CDS-PP Açores (Renato Moura, presidente da Comissão Directiva e restantes elementos desta Comissão – Félix Rodrigues, Pedro Medina, Luís Silveira, Pedro Pinto) e locais (Luís Silveira, presidente da Comissão Política de Ilha e Abel Moreira, Presidente da Comissão Concelhia de Velas), a problemática questão das Cooperativas da ilha. O presidente do CDS-PP Açores alertou para o facto da unificação das Cooperativas da Ilha de São Jorge “vir a provocar várias dezenas de despedimentos, para além de que o queijo da ilha irá perder as suas principais características”.

“O CDS-PP Açores vê com preocupação a unificação das Cooperativas da ilha de São Jorge, porque o processo que se verifica por iniciativa do Governo Regional terá, em nosso entender, consequências graves, desde um aumento do desemprego na ilha, à perda das principais características do queijo típico da ilha e à perda de regionalismo. Estima-se que cerca de meia centena de pessoas possam cair no desemprego com a unificação das Cooperativas em três fábricas (Topo, Lourais e Beira)”.

O líder e deputado do CDS deixou no ar a dúvida de que “o Governo possa ter pressionado os dirigentes das Cooperativas a avançarem para esta união em troca de novas fábricas e do pagamento de algumas dívidas”.

Em cima da mesa esteve igualmente a questão relativa ao endividamento da Câmara Municipal das Velas, através da criação de uma Empresa Municipal e de uma Sociedade Anónima. Ora, sendo o CDS-PP o Partido com voto de decisão em sede de Assembleia Municipal ficou assegurado que em curso “está um trabalho aturado de apuramento de consequências e benefícios para o Concelho, de forma a que o voto do CDS seja responsável ao ponto de autorizar ou não tais estruturas municipais a recorrerem a um empréstimo bancário de vários milhões de euros”. “O PP em São Jorge não quer ficar conhecido como o que, eventualmente, limitou o desenvolvimento de algumas obras importantes para as Velas, porquanto os membros do Partido naquela Assembleia não querem, também, que a autarquia, que já apresenta graves problemas de índole financeira, possa vir a cair na bancarrota”, frisou Artur Lima.

Por fim, o líder democrata-cristão salientou que “o trabalho que está a ser desenvolvido pela Junta de Freguesia dos Rosais (maioria CDS-PP) só pode fazer o Partido tirar a conclusão de que onde somos poder, somos capazes de fazer bem e com muito rigor”.

SUPLEMENTO DA VISITA À FREGUESIA DOS ROSAIS NA ILHA DE SÃO JORGE

Consulte toda a actividade do seu Partido em [www.cdspacores.com](http://www.cdspacores.com)

Novo endereço de email: [cdspacores@gmail.com](mailto:cdspacores@gmail.com)

Em Maio, Artur Lima denunciou

## Governo Regional quer dismantlar Irmandade N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Livramento

A Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social “tem criado empecilhos e dificuldades à gestão da Irmandade de Nossa Senhora do Livramento (INSL) com o objectivo bem claro de a dismantlar, pelo menos parcialmente, tendo chegado ao cúmulo de querer retirar as crianças dos zero aos seis anos, para as entregar a outra instituição, vocacionada para a terceira idade!”

A denúncia foi feita em Maio passado pelo Presidente e Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, após uma visita à Irmandade que existe há 154 anos, tendo como objectivo dar resposta a crianças e jovens desprotegidos (actualmente, alberga cerca de 150 crianças).

Depois de reunir com a direcção eleita e de visitar a Instituição, Artur Lima chegou à conclusão que a Direcção Regional de Solidariedade e Segurança Social (DRSSS) “despudoradamente, agora, em troca das crianças, promete mais técnicos para a Irmandade, o que é absolutamente condenável e inaceitável”.

O líder parlamentar popular dá o exemplo: “em finais de 2006, a Irmandade propôs ao Governo a compra de uma casa para colocar as crianças que transitam para idade escolar em separado dos mais pequenos. A Direcção Regional alegou não ter dinheiro. Contudo, com os mesmos fins, a mesma Direcção Regional, já no decorrer deste ano, comprou uma casa que colocou à gestão do Centro Paroquial de São Pedro. Pelo meio o Governo aconselhou a Irmandade a especializar-se nas crianças e jovens entre os sete e os 17 anos de idade, propondo, assim, que os bebés transitassem para a alçada do Centro Paroquial de São Pedro”, que é uma instituição vocacionada para a Terceira Idade.

**Em face disso, o presidente dos democratas-cristãos açorianos tira a ilação: “Esta Direcção Regional não olha a meios para atingir os seus fins” e “não apoia o voluntariado, estimulando o comissariado político-partidário”.**

Aliás, acrescentou, “a Directora Regional da Segurança Social, segundo sabe o CDS-PP Açores, já andou a convidar pessoas com cartão rosa para encabeçar uma lista às eleições que vão acontecer no final deste ano na Irmandade”.

**“O CDS-PP condena a politização das instituições”, frisou Lima, acrescentando que o seu partido “estará atento ao desenvolvimento de todo este processo, na defesa das instituições e, sobretudo, dos mais frágeis e mais desprotegidos que são as crianças”.**

Por outro lado, o popular ilhéu afirmou que o Governo Regional “teima” em não se sentar com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) para com elas proceder à formulação de “orçamentos reais” para o pleno e regular funcionamento das mesmas.

Outra das situações denunciadas prende-se com o corpo técnico da instituição: “a Irmandade vê-se forçada a ter nos seus quadros de pessoal cerca de 110 funcionários, mas o seu corpo técnico é manifestamente insuficiente, porquanto apenas dispõem de um psicólogo”.

**“Escandaloso, agora, é o facto da DRSSS, para poder apoiar financeiramente outras instituições, querer tirar os bebés da alçada da Irmandade, justificando-se com a desculpa de que a Irmandade é uma Instituição muito grande e sem corpo técnico”, quando “a Irmandade não tem corpo técnico porque a Direcção Regional nunca se disponibilizou a financiá-lo”.**

Considerando que “o CDS-PP apoia, incentiva e defende o voluntariado”, Artur Lima finalizou dizendo que “a estas meninas e meninos já lhes basta o facto de não terem a sua família”, não sendo necessário que “o Governo dos milhões lhes dê apenas tostões”.

Em Junho, CDS-PP Açores acusou

### “Governo Regional atenta contra saúde dos Açorianos”

O Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, acusou o Governo Regional de estar “a atentar contra a saúde dos açorianos ao não centrar a sua atenção em programas de combate e prevenção da obesidade e diabetes”. Na sessão plenária de Junho, no âmbito de um Interpelação ao Governo Regional sobre Saúde, lembrou que as crianças e jovens açorianos “estão obesos e, por isso, vão dentro de poucos anos sofrer da diabetes”.

Aliás, afirmou Artur Lima, “em 2004 o número de mortos esperados por diabetes nos Açores era de 32, mas ao todo morreram 73, o que significa que o número de doentes é, pelo menos, o dobro do que se conhece. A obesidade é a mãe da diabetes e das doenças cardiovasculares, que são as principais causas de morte nos Açores e, nestas ilhas, morre-se mais destas doenças do que na maioria das regiões de Portugal”.

**Em face disso, o líder parlamentar democrata-cristão apelou ao executivo insular para que, “não havendo Plano Regional de Saúde em vigor”, se apontem baterias a programas de prevenção e combate à obesidade.**

Neste sentido, o popular criticou aquilo a que designou de “moda dos rastreios”: “Actualmente, todos os dias, ouvimos falar em rastreios das mais variadas doenças. O que se está a passar é um verdadeiro atentado à saúde das pessoas, uma vez que tais rastreios não passam de acções de sensibilização, já que não são cumpridas as regras científicas dos rastreios”.

Posto isto, Artur Lima, afirmou que o Governo Regional poderia não ter grandes dificuldades em gerir este sector se “aplicasse, apenas e só, o Programa do Governo, elaborado pelo Governo, proposto pelo Governo e aprovado pela Assembleia Legislativa, onde estão as soluções para as doenças da saúde açoriana.

Em Junho, reivindicação do CDS-PP dá frutos

### Passageiros residentes passam a ter três tarifas aéreas

O Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, reivindicou no início deste ano e o Governo Regional acatou a possibilidade de contemplar no próximo caderno de encargos para o concurso de serviço público do transporte aéreo de e para os Açores três tarifas para os residentes.

Assim, à semelhança do que já acontece neste serviço público para o arquipélago da Madeira, nos Açores **os residentes que queiram voar para o exterior passarão a ter, a partir de 2008, a possibilidade de optar por três tarifas, fazendo assim baixar o preço das passagens.**

Num debate sobre transportes aéreos no plenário parlamentar, Artur Lima voltou a solicitar ao executivo socialista que fizesse “o esforço possível” para que os açorianos pudessem sair “muito beneficiados” no que a matéria de preços de tarifas diz respeito.

Em causa está o facto de para os Açores apenas existir “uma tarifa de residente, válida por um ano, na Classe Y, que custa 189+95=284 Euros, valor que as companhias recebem na íntegra”, disse.

**O que Artur Lima defendeu foi que na concessão do próximo serviço público, os passageiros açorianos sejam equiparados aos madeirenses, isto é, que passem a ter três tarifas** (na Madeira existe uma tarifa na classe T por 101 Euros, uma na classe E por 115 Euros, uma na classe M por 135 Euros, a normal, classe Y, por 151 Euros e, ainda, uma tarifa de executiva, em classe C, por 276 Euros).

Ora, perante esta reivindicação, Artur Lima ouviu o Secretário Regional titular da pasta dos transportes anunciar que o executivo vai contemplar tal desiderato, já a partir de 2008.

Em Agosto, CDS-PP Açores reivindicou

## “É urgente mudar legislação de apoio ao combate às térmitas”

O Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, exigiu no passado mês de Agosto, que o Governo Regional proceda a alterações na legislação regional que concede apoios aos sinistrados pela praga das térmitas nos Açores, para que tais apoios possam ser de facto uma forma de combate à praga.

Em comunicado, na sequência da resposta do executivo açoriano a um requerimento do CDS de Junho, sobre a matéria, Artur Lima afirmou que **“os açorianos que se vêem a braços com a infestação das térmitas não estão a recorrer aos apoios legais existentes na Região porque são minimamente inteligentes e perceberam, desde a primeira hora, que com esta legislação não iriam ter qualquer apoio”**.

O parlamentar democrata-cristão classificou a legislação aprovada por iniciativa governamental como **“discriminatória”** e que **“não serve a praticamente ninguém”**, exemplificando com o caso de **“uma família da classe média, com dois filhos e que receba mensalmente o equivalente a quatro salários mínimos não tem direito a qualquer apoio ou quando muito beneficiará de um apoio meramente residual”**.

**“É preciso lembrar os Srs. do Governo Regional que muitas destas famílias ainda estão a pagar o empréstimo contraído aquando da aquisição da sua habitação e que para fazerem face à praga das térmitas com os apoios públicos que estão em vigor a única solução que lhes resta é voltarem a recorrer à banca para fazerem outro inoportuno empréstimo”**, acrescentou.

O deputado popular que é também líder regional do CDS-PP frisou que na resposta governamental às questões colocadas no Requerimento **“fica explícito claramente que é necessário rever a legislação e, concretamente, os escalões de atribuição de subsídio, pois é o próprio Governo Regional que reconhece o insucesso das medidas legislativas para o combate a tão devastadora praga”**.

Artur Lima demonstrou com os números indicados pelo executivo socialista: **“Até à data, isto é, em cerca de três anos, foram somente aprovadas três candidaturas a tais apoios (num total de 72) o que prova a ineficácia dos mesmos”**.

Por isso, advoga, **“é urgente mudar a legislação. O combate a uma praga faz-se sem discriminação, até porque a térmita não ataca por classes sociais”**, destaca. **“Defendemos que a legislação deve promover apoios a todos os cidadãos e famílias que se vejam a braços com esta praga”**.

**“O CDS-PP Açores exige que seja alterada a legislação (Decreto Legislativo Regional nº 20/2005/A, de 22 de Julho) no sentido de uniformizar os apoios a todos os sinistrados e que as candidaturas sejam rigorosamente avaliadas por técnicos e especialistas na matéria, sendo que em caso de infestação comprovada o apoio deve ser concedido em grande parte a fundo perdido”**, afirmou Artur Lima.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS
11 de Junho de 2007 – Apoios governamentais ao combate à praga das térmitas de madeira seca nos Açores
19 de Junho de 2007 - Concurso para a adjudicação do processo para a informatização da rede hospitalar regional, designado por Sistema de Informação da Saúde – Açores Região Digital (SIS-ARD)
27 de Junho de 2007 - Apoios governamentais regionais a conceder às equipas que participam no Campeonato Nacional de futebol da III Divisão - Série Açores, na próxima temporada
17 de Julho de 2007 - SATA Air Açores pratica uma tarifa especial para os militares americanos sedeados na Base das Lajes, seus amigos e familiares, viajarem inter-ilhas, por 80 euros
28 de Agosto de 2007 - Casas da parte antiga do Bairro Social da Terra-Chã, em Angra do Heroísmo: vender as casas ou construir uma nova urbanização?
11 de Setembro de 2007 - Solicita ao Governo Regional cópias de todos os estudos, projectos e caderno de encargos elaborados para a realização da empreitada de reabilitação da Via Rápida Vitorino Nemésio

14 de Junho de 2007

### Artur Lima recebido pelo Presidente do Governo Regional

O Presidente do CDS-PP Açores, Artur Lima, foi recebido pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, numa sessão de apresentação de cumprimentos.

Neste encontro, no Palácio de Santana, Artur Lima ouviu da boca do chefe do executivo insular que o CDS-PP Açores tem sido uma oposição responsável, destacando o trabalho desenvolvido no âmbito da Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

#### Títulos da Última Página

1. Estatuto Político-Administrativo da Região
2. Saúde
3. Transportes Aéreos

PROJECTOS DE RESOLUÇÃO APROVADOS
Resolução do CDS “Região pela Vida” publicada em Diário da República a 10 de Julho Mais meios de auxílio social e económico às grávidas com dificuldades sociais, o reforço da educação sexual nas escolas e o aumento das condições para o acesso a mais consultas de informação e planeamento familiar foram algumas das propostas feitas pelo CDS-PP Açores no seu Projecto “Região pela Vida”, aprovado em Junho passado, no Parlamento açoriano, e que já está publicado no Diário da República. A iniciativa dos populares ilhéus passou, por unanimidade, no plenário legislativo de Junho, e foi publicado na 1ª Série – nº 131 do Diário da República de 10 de Julho.
Resolução do CDS “Revalorização de carreira dos trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes” publicada em Diário da República Já foi publicado em Diário da República a Resolução da autoria do CDS-PP Açores que recomenda ao Governo “a promoção das medidas adequadas tendo em vista a revalorização e reestruturação da carreira de todos os trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes”.

22 de Junho de 2007

### Artur Lima reuniu-se com Paulo Portas

O Presidente do CDS-PP Açores, Artur Lima, foi a Lisboa reunir com o Presidente nacional do CDS-PP, Paulo Portas.

O encontro serviu para os dois recém eleitos líderes do Partido no Continente e nos Açores trocarem cumprimentos e para discutir e articular formas de colaboração e cooperação entre as diversas estruturas do CDS-PP.

Por iniciativa de Artur Lima esteve em discussão a definição de um novo quadro de relacionamento entre o CDS-PP nacional e o CDS-PP Açores, para alcançar do partido nacional maior apoio à actividade desenvolvida na Região. Para além de se encontrar com Paulo Portas, Artur Lima reuniu com o novo Secretário-Geral do CDS-PP, João Almeida.

Em Julho, balanço do CDS-PP Açores

## Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores

Artur Lima, Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, participou activamente nos trabalhos da Comissão Eventual de Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e no final dos trabalhos discursou no Parlamento para realçar as medidas que o texto do Novo Estatuto contém por proposta do Partido que lidera, congratulando-se com o “amplo” consenso alcançado nesta matéria entre os três maiores partidos da Região.

“O novo texto, para além de manter tudo o quanto de essencial se continha no anterior Estatuto, tem agora uma muito melhor sistematização. Logo no título primeiro avança-se, pela positiva, na definição de objectivos fundamentais da autonomia e dos direitos da Região; no título segundo, dedicado aos princípios fundamentais, consagra-se o da subsidiariedade; cooperação entre a República e a Região; solidariedade nacional; continuidade territorial e ultraperiferia; adquirido autonómico e preferência do direito regional sobre os actos legislativos da República”.

Já no que às propostas do CDS-PP Açores diz respeito, o responsável máximo pela bancada democrata-cristã no Parlamento acentuou a consagração “da Lei Eleitoral no Estatuto; a fixação em nove do número mínimo de períodos legislativos; a definição do estatuto dos titulares de cargos políticos e das respectivas incompatibilidades; as limitações ao tempo de exercício de funções políticas; clarificações relativas à convocação de novas eleições; alargamento dos poderes tributários da Região; organização judiciária; transferência de atribuições e competências da administração do Estado para as autarquias locais dos Açores; introdução de um preceito que permitirá à Assembleia Legislativa legislar em matérias não reservadas aos órgãos de soberania; a participação da Região na política externa da República e no processo de construção europeia e um importante avanço quanto aos bens do domínio público”. No entanto outras matérias relevantes se incluem no anteprojecto, como sejam, por exemplo, a iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos e a possibilidade de criação de provedores sectoriais.



Em Julho, Artur Lima acusou

## Governo Regional pede exorbitâncias por casas velhas do Bairro da Terra-Chã

“O Governo Regional dos Açores anda a meter a mão no bolso de quem já tem o bolso vazio”. Foi desta forma que Artur Lima, presidente do CDS-PP Açores, denunciou a tentativa de uma Sociedade Anónima criada pelo executivo socialista em vender as habitações “degradadas” no Bairro Social da Terra-Chã, em Angra do Heroísmo. Depois de uma visita ao Bairro e de contactos com vários populares na urbanização edificada para receber sinistrados do sismo de 1980, o **Presidente do CDS-PP Açores acusou o Governo de estar “a enganar as pessoas em vez de requalificar esta urbanização que bem precisa”.**

Em causa está o facto de, em 2002, o executivo de Carlos César, através da Secretaria Regional da Habitação, ter anunciado que várias daquelas moradias se encontravam à venda (“por preços simbólicos”, o mais caro rondava os 450 contos) e de passados cinco anos “a Sociedade Anónima criada pelo Governo para gerir o processo de reconstrução do Faial e Pico estar a enviar cartas aos moradores interessados em adquirir as suas habitações por valores dez vezes superiores”.

**“O CDS-PP Açores gostava de saber com base em que factores a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A. (SPRHI, S.A.) vem agora informar os moradores de que as casas estão avaliadas entre os 25 e os 28 mil euros”, questionou o democrata-cristão.**

O Presidente e Líder Parlamentar do CDS-PP Açores lançou várias dúvidas sobre todo esse processo, até porque, frisa, “a Junta de Freguesia da Terra-Chã não tem conhecimento das reais intenções do Governo Regional para a requalificação desta urbanização”.

Entre as dúvidas suscitadas, **Artur Lima solicita ao Secretário Regional da Habitação que se justifique “de uma vez por todas, dizendo o que pretende fazer com estas casas e com estas pessoas”, já que, acrescentou, “recentemente, na Assembleia Legislativa Regional, o Secretário da tutela colocou a hipótese desta Sociedade Anónima vir a ser extinta”.**

Tudo isto é mais confuso quando existem declarações públicas de José Contento que afirma que “já foram dadas instruções aos projectistas da Delegação da Terceira da sua Secretaria para que fosse iniciada a elaboração de um projecto para a edificação, na próxima Legislatura, de uma nova urbanização, sendo que estavam, inclusivamente, a decorrer negociações com o proprietário de alguns terrenos nas imediações do actual bairro, para a aquisição dos referidos lotes e conseqüente implementação do projecto em elaboração”.

“Se levarmos em linha de conta que as moradias estão degradadas, porquanto foram construídas com matérias que se têm vindo a desgastar com a intensidade do tempo e do tipo de agregados familiares que aqui residem, estamos perante valores perfeitamente exorbitantes”, considerou o popular.

**Perante toda esta “indefinição e contra-informação governamental, o CDS-PP Açores só pode concluir que o Governo Regional está a tentar ganhar dinheiro à conta de agregados familiares com situações sócio-económicas e financeiras débeis”, frisou o líder o CDS-PP nas ilhas.** Até lá, acrescenta, “urge apoiar, por via das entidades competentes, os casos mais frágeis, como os idosos, na realização de pequenas obras de melhoramento das moradias, quanto mais não seja uma nova pintura”.



Em Junho, nos Rosais, ilha de São Jorge

## Liderança do CDS-PP Açores louvou trabalho da Junta de Freguesia



Liderada por um jovem de 31 anos a Junta de Freguesia dos Rosais, no Concelho das Velas, em São Jorge, é um exemplo de gestão exemplar. A desenvolver o seu segundo mandato na Junta de Freguesia, Luís Silveira conseguiu nas eleições Autárquicas de 2005 uma maioria absoluta para o CDS-PP, vencendo com cerca de mais 200 votos que a totalidade dos votos no PS e no PSD.

**Entre mãos tem, actualmente, dois projectos de avultada envergadura para o desenvolvimento da localidade: um Polidesportivo e um edifício Polivalente que irá agregar os serviços da Junta, as instalações da Casa do Povo e a sede dos Escuteiros dos Rosais.**

O trabalho está à vista nas ruas da freguesia jorgense. Os eleitores locais gostam da actividade desenvolvida e mantêm uma disponibilidade em colaborar com a sua edilidade.

O primeiro desafio traçado e que, segundo o autarca, “está a ser cumprido escrupulosamente” é a execução **rigorosa do Plano e Orçamento da Junta de Freguesia, assegurando que “no fim de cada mês a Junta paga todos os seus compromissos a fornecedores, funcionários e colaboradores”.**

Numa visão construtiva de servir a população dos Rosais, isto é, para que não esteja constantemente dependente de auxílios externos à edilidade, nomeadamente apoios municipais e governamentais, Luís Silveira, quando assumiu funções, avançou desde logo para a aquisição de um camião e de uma máquina retroscavadora para fazer os serviços mais pesados na localidade.

Os resultados estão à vista, uma vez que a nível viário não existem grandes problemas na freguesia, perspectivando-se a asfaltagem de vários caminhos agrícolas dentro em pouco tempo, pelo IROA (Instituto Regional de Ordenamento Agrário), e os que existem, em terra batida, são sucessivamente cuidados pelos meios técnicos da Junta.

Por falar em estradas, a segurança rodoviária é um desiderato levado muito em linha de conta pela Junta popular, de tal forma que, desde algum tempo a esta parte, tem sido desenvolvido um trabalho de alargamento de vias e reabilitação dos muros que as separam dos cerrados em toda a freguesia. Estas divisórias são todas elas consolidadas com cimento, para que se evite a queda de pedras para a via.

A colaboração que a autarquia democrata-cristã mantém com a Câmara Municipal das Velas “é muito profícua”, até porque, importa recordar, o CDS-PP é o Partido que tem voto de decisão na Assembleia Municipal local, em virtude de existir empate no número de mandatos atribuídos a PSD e PS. Desta forma, como o CDS-PP é fundamental na gestão dos destinos concelhios, a Câmara Municipal tem tido uma atenção especial com os Rosais.

Relativamente à cooperação institucional do Governo Regional, o Presidente da Junta do CDS-PP Açores alega que “não é mau, mas podia ser melhor”. Neste capítulo, é destacada a cooperação com a Delegação local da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Como já referimos, **entre mãos, o executivo de Luís Silveira tem dois projectos de interesse para a freguesia. Mais perto de arrancar está a edificação de um Pavilhão Polidesportivo, que terá as dimensões legais exigidas para a prática de todas as modalidades de pavilhão. As expectativas apontam para que ainda este ano as obras se iniciem. Para já decorrem negociações com o proprietário dos terrenos onde ficará implantada tal infraestrutura.**

**Por outro lado, para 2008, estima-se o começo das obras de construção do “Edifício Sol”, um polivalente que irá juntar numa única estrutura os serviços da Junta de Freguesia (que actualmente funcionam em sede própria mas pequena e dividida), a Casa do Povo e os Escuteiros da localidade.**

**Luís Silveira assegura aos seus eleitores que “a Câmara Municipal das Velas se comprometeu a inscrever no Plano de Investimentos para o próximo ano as verbas necessárias à execução de tal obra”.**

Este edifício ficará localizado no centro da freguesia, junto à Igreja, mais concretamente onde hoje se situam a Cooperativa dos Rosais, um armazém da Junta de Freguesia e casas de banho públicas. Inicialmente, afirma Luís Silveira, “a Junta de Freguesia tinha um projecto para a criação de infraestruturas para um ATL e para um Centro de Dia para a Terceira Idade, mas acabamos por chegar a um acordo com a Casa do Povo e as novas instalações serão uma mais-valia para estes projectos”.

Ora, como não podia deixar de ser, na visita efectuada a São Jorge, em Junho passado, o Presidente do CDS-PP Açores, Artur Lima, visitou a freguesia dos Rosais e reuniu com a Junta local.

À saída do encontro, o líder dos populares açorianos congratulou-se com “o excelente desempenho da Junta de Freguesia”, salientando que Luís Silveira “é um exemplo para o Partido e para os seus dirigentes” e que “os projectos do Polidesportivo e do Polivalente são duas grandes iniciativas em prol da população local”.

Por seu lado, Renato Moura, Presidente da Comissão Directiva Regional do CDS-PP, destacou “o mérito do trabalho efectuado” e “o mérito da liderança da Junta de Freguesia: **só podemos tirar uma conclusão, que é da de que onde o CDS-PP é poder sabe governar bem, em prol das populações e, acima de tudo, com grande rigor”.**

Em Julho PP votou contra

## Estatuto da Carreira Docente é “persecutório da classe”

O Líder Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, votou, em Julho passado, contra a Proposta de Decreto Legislativo Regional do Estatuto da Carreira Docente na Região, por considerar que tal iniciativa governamental é “persecutória e atentatória de direitos constitucionalmente consagrados dos docentes”.

O parlamentar democrata-cristão foi mais longe e caracterizou o diploma como algo que “só serve para que o Secretário Regional da Educação e Ciência possa espelhar o ódio por uma classe que visceralmente odeia”.

Apointando vários articulados com os quais o CDS-PP Açores está manifestamente contra, por serem “atentatórios da dignidade dos docentes”, Artur Lima indicou, porém, alguns aspectos positivos da proposta legislativa.

Entre estes pontos, o popular referiu a introdução do Contrato a Termo Resolutivo e as regulamentações da atribuição de bonificações de tempo de serviço para progressão na carreira nos graus de Mestre e Doutor, das aulas de substituição e da redução da componente lectiva.

Ao invés, o deputado do CDS-PP argumentou que este diploma “é mau” porque, desde logo, delonga até aos 35 anos o tempo necessário para se alcançar o topo da carreira; porque retira autoridade aos docentes ao dizer que estes apenas “se acham investidos de...”; porque obriga praticamente os docentes a andarem atrás dos pais e encarregados de educação, quando deveria ser ao contrário; porque não suporta os encargos de acções de formação aos docentes deslocados, por exemplo, do Corvo para as Flores e entre o Faial e o Pico; porque mantém a constituição de turmas de 25 alunos para ajustamento dos quadros; porque é mais penalizante que a legislação nacional em vigor na avaliação ao período probatório, uma vez que a obtenção de uma menção qualitativa de “Insuficiente” na sua avaliação de desempenho impede o professor de se candidatar nos cinco anos subsequentes; porque exclui a possibilidade de, para efeitos de contagem do tempo de serviço, progressão na carreira e posicionamento em concurso, ser contabilizado o tempo de exercício de funções não docentes; porque não justifica faltas por motivos de saúde, previstas em legislação nacional; porque discrimina a generalidade dos docentes ao reduzir gratificações, “excepto aos meninos protegidos do secretário regional que exercem funções nos conselhos executivos”; porque aumenta, ainda mais, a componente lectiva dos docentes (em mais duas horas semanais) e porque se limita o usufruto do estatuto de trabalhador-estudante, por parte dos docentes.

No entanto, são as matérias relativas à avaliação do desempenho das funções docentes que mais incomodam o deputado popular. Disse Artur Lima que o titular da pasta da Educação nos Açores “persegue os docentes”, porquanto existem “demasiados itens de avaliação”; esta depende “dos resultados escolares dos alunos”; porque se um docente não for formador acreditado é penalizado”; porque “basta não ser nomeado ou eleito para cargos ou funções extracurriculares para ser penalizado”; porque “até a formatação do relatório livre de autoavaliação será apreciada”; porque “os docentes serão avaliados por colegas que não são do mesmo grupo disciplinar, nem terão que ter formação na área da avaliação”, em conclusão, porque “este sistema de avaliação vai criar um clima de grande conflitualidade nas escolas e desviar a atenção dos docentes do seu trabalho fundamental, que é educar e formar”.

Considera Artur Lima

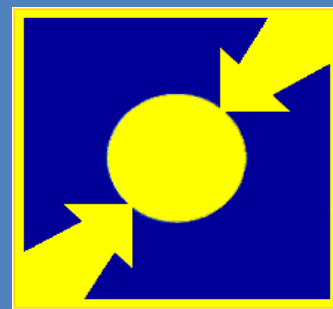
## “Nova lei do tabaco é fundamentalista”

A nova lei do tabaco, que entrará em vigor a nível nacional em 2008, é “altamente fundamentalista”. As palavras são do líder do CDS-PP Açores, Artur Lima, que lembra que “já a nível nacional, o CDS-PP conseguiu introduzir algumas alterações que foram aprovadas e que retiraram alguma da voracidade à proposta de lei do PS.

É de toda a conveniência que também nos Açores se faça uma adaptação da lei à Região, principalmente tendo em conta a pequena dimensão dos nossos estabelecimentos, dos cafés aos restaurantes”.

De acordo com Artur Lima, o valor das multas é um dos principais motivos de contestação por parte dos democratas-cristãos: “Vamos ver se o Governo Regional tem sensibilidade suficiente para reduzir o quantitativo da multa, o limite máximo e mínimo a que as pessoas estão sujeitas se fumarem nos locais públicos. Com esta lei, está-se a colocar a mão no bolso de quem fuma de forma violenta, com multas que vão até às centenas de euros”, adiantou.

Na opinião do líder do CDS-PP Açores, “no fundo, o que se trata é de algum fundamentalismo a esta lei, que é altamente fundamentalista. Todos sabemos que as leis, quando são muito proibitivas e fundamentalistas, não têm efeito prático”.



### Órgãos Regionais do CDS-PP Açores

**Presidente do Partido**  
Artur Lima

**Mesa do Congresso**  
Pres.: Faria e Castro  
V.Pres.: Maria da Luz Graça  
Secr.: Lídia Góis  
Rogério Nogueira

**Conselho Regional**  
Pres.: Nuno Barata  
Vogais: Paulo Monjardino  
Alberto Soares  
Lídia Silva  
Leonor Oliveira  
Braga Furtado  
Pedro Noronha  
Manuel José Vieira  
Anselmo Sales

**Comissão Política Regional**  
Pres.: Artur Lima  
V.Pres.: Nuno Melo Alves  
Pedro Medina  
Vogais: Félix Rodrigues  
Pedro Pinto  
Roberto Oliveira  
Luís Contente  
Rui Meireles  
Emiliana Silva  
Maria da Graça Silveira  
Anselmo Furtado  
Ana Paim Miranda  
Francisco Silva  
Eleutério Serpa  
Marco Almada

**Comissão Directiva Regional**  
Prés.: Renato Moura  
V.Pres.: Pedro Medina  
Félix Rodrigues  
Vogais: Luís Silveira  
Pedro Pinto  
Leonardo Ponte  
Luís Contente

**Conselho de Jurisdição e Fiscalização**  
Pres.: José Alpoim Bruges  
Vogais: Manuel Pinheiro  
Conceição Lima

**Conselho Económico e Social**  
Pres.: Alvarino Pinheiro

O Presidente nacional do CDS-PP, Paulo Portas, está a preparar a realização de uma visita oficial aos Açores, onde se incluirão visitas a várias ilhas e reuniões com os militantes insulares do Partido.